

Ensino - Aprendizagem da Língua Portuguesa

Ensino - Aprendizagem da Língua Portuguesa

UNIVERSIDADE
DE
SÃO
PAULO

- * Luís Filipe Barbeiro
- * Eduardo Fonseca
- * Cristina Nobre
- * Eugénia Machado



IPL



B 1 4 3 3 6 6 1

Ensino-aprendizagem da
língua portuguesa

8114.3

7

UNIVERSIDADE
DE
SÃO
PAULO

- * Fátima Sequeira * Maria Raquel Delgado Martins * Inês Sim-Sim
- * Inês Duarte * Ana Isabel Mata * Dília Ramos Pereira * Maria Helena Ançã
- * Luís Filipe Barbeiro * Maria Alice Fernandes * José António Brandão Carvalho
- * António de Deus Ponces de Carvalho * Maria José C. Reis Alves * Cristina Nobre
- * Isabel Vila Maior * Eduardo Fonseca * Isabel Soares * Rui Manuel Vieira de Castro
- * Maria de Lourdes Dionísio de Sousa * Rui Pires Marques Veloso

ESEL - IPL

94.02.09

ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA

BIBLIOTECA
Escola Superior de Educação
LEIRIA

Estante: _____
Prateleira: _____
| _____

 **COMPRÁ**
Campus 1
instituto politécnico de leiria
centro estudos chineses
CB: B143366
COTA: DB12.1343/474

Vai lá pedir à formiga.
Sape, sape, sape.

- À formiga é que não peço,
O que tem é só p'ra ela
Tu, gulosa, tens que chegue
Para mim nessa tigela.
Sape, sape, sape.

Bichinha gata
Não paras de dar ao dente.
Comes, comes, comes,
Vais ficar toda doente.
Sape, sape, sape.

*Margarida Vinagre
Emanuela Catalão
Lucília Garcia
Ana Monteiro*

Caracterização Geral dos Novos Programas de Língua Materna

Eduardo Fonseca

Escola Superior de Educação, Inst. Polit. de Leiria

Nesta secção do Seminário, dedicaremos a nossa atenção aos novos programas escolares da Língua Materna (ao já publicado, o do 1º ciclo do ensino básico, e aos que ainda estão em projecto), cabendo neste amplo conceito de programas de Língua Materna também os que são mais especificamente literários.

Esta minha introdução pretende ser uma leitura genérica de todos os programas referidos, caracterizando-os, salientando-lhes sobretudo os aspectos comuns, as modificações, numa perspectiva geral, e, sobretudo, a análise dos princípios subjacentes à sua elaboração e, portanto, da filosofia que está na base dos mesmos.

Depois de todas as intervenções, tentarei uma conclusão e uma como que apreciação provisória e precária, porque a generalidade dos programas não passa ainda de projectos, dos programas propostos.

Falando-se de programas escolares, importa saber o que são. Apesar de poder parecer desnecessária esta interrogação, é contudo importante clarificar-se o que entenderemos por programa escolar, em particular o programa da aprendizagem e do ensino escolares de uma disciplina ou de um saber, para os podermos apreciar.

Tomando como referência apenas este nosso século, verificamos que, nos anos mais recuados, os programas de Língua Materna eram, geralmente, um repositório breve de alguns conteúdos que o professor deveria ensinar e da ordem pela qual deveriam ser dados, não estando o professor autorizado a alterar a ordem de leccionação dos pontos do programa. Sobretudo quando estava em causa o ensino da Literatura, indicavam-se quer os autores, quer as obras específicas sobre que deveria incidir o ensino quase nada mais se acrescentando além de uma ou outra actividade. De algum modo - por ve-

zes explicitamente mas nem sempre -, o próprio programa era o método, ele tinha sido produzido e ia ser executado por professores que deveriam perfilhar um mesmo método, o de quem tinha escrito o programa, tendo sido os professores formados no conhecimento familiar desse método.

Normalmente, estes programas eram clarificados pela existência de manuais aprovados, durante um longo período únicos, que, de algum modo, definiam o ritmo da leccionação por parte do professor, os pontos capitais do programa, a(s) perspectiva(s) pelas quais os assuntos deveriam ser tratados, etc.

Um sistema de exames nacionais desempenhava, entre outras funções, a de chamar a atenção dos professores para a maneira como o programa deveria ser entendido e executado, quais os pontos capitais, quais os níveis mínimos que os alunos deveriam atingir - e, portanto, qual o grau de exigência do professor -, etc.

Nas décadas mais recentes, os programas escolares oficiais de Língua Materna começam a avolumar-se, isto é, de umas simples duas ou três páginas passam a poder constituir pequenas brochuras. Mudanças diversas que se repercutem no conceito de Educação começam a fazer com que, para além dos conteúdos dos programas e, por vezes até, mais do que estes, seja necessário fixar o rumo que a aprendizagem deve tomar - as finalidades a atingir concretamente pelos alunos -, fazer com que se comece a aceitar variadas maneiras de executar os programas e até diferentes maneiras de encarar os conteúdos. Por conseguinte, objectivos de diferentes níveis passam cada vez mais claramente a fazer parte integrante dos programas oficiais de Língua Materna, assim como uma bibliografia cada vez mais extensa e plural.

Actualmente, entre nós, entende-se que os programas oficiais de Língua Materna são documentos que fixam os objectivos da aprendizagem dos alunos em diferentes domínios e a diferentes níveis, os conteúdos - ou sugestões de conteúdos - que se presume irão permitir que os alunos atinjam os objectivos previamente fixados, as actividades - ou sugestões de possíveis actividades - que deverão ou poderão ser realizadas durante a aprendizagem, indicações metodológicas acerca de como o programa deverá ser executado, indicações

para a realização da avaliação dos alunos e, normalmente, algumas sugestões bibliográficas. Além disso, outros documentos, como os planos de estudo, são mais precisos quanto ao lugar da Língua Materna na formação geral dos alunos. Alguns programas incluem a importância relativa dos vários tipos de actividades ou conteúdos.

Poderemos dizer que há, hoje, uma maior abertura por parte dos elaboradores de programas de Língua Materna face a metodologias, actividades, conteúdos, bibliografia, mas concomitantemente uma maior explicitação ao nível das finalidades a atingir pelos alunos ao longo da escolarização.

Uma lacuna que ainda hoje se nota, normalmente, nestes programas é a não existência de indicações precisas e/ou concretas quanto ao modo ou modos de realizar a avaliação e quanto aos níveis precisos que, em cada momento, os alunos deverão ter atingido para poderem transitar de ano, fase ou ciclo.

Depois desta clarificação, tentaremos, agora, uma caracterização dos programas propostos.

Uma crítica constante nas últimas décadas aos programas de Língua Materna foi sempre a falta de articulação entre os programas do ensino primário, do ciclo preparatório e do ensino unificado. Tal facto foi, com frequência, atribuído às vicissitudes de alterações sucessivas do sistema escolar português, sem que nunca se tenha pensado adequadamente a globalidade do percurso escolar dos alunos no respeitante a Língua Materna. Uma das efectivas vantagens desta Reforma é o facto de o ensino básico poder ser pensado como uma unidade embora provida de vários patamares. E assim sucede de facto. Há uma muito maior integração dos conteúdos, actividades e metodologias do que a patente nos programas anteriores, nomeadamente não há os solavancos ou o patinar característicos das transições entre os antigos programas dos ensinos primário, preparatório e unificado. Existem, inclusivamente, objectivos a atingir pelos estudantes ao longo dos vários ciclos do ensino básico, bem como no final do ensino básico, embora se possa dizer que, dado o carácter aberto e, mesmo, vago de alguns desses objectivos, são possíveis algumas leituras muito díspares dos mínimos que os alunos deverão atingir

para poderem transitar e do modo de cumprir os diferentes tipos de objectivos.

Um conceito importante está na base de todos os programas de Língua Materna, muito em particular dos do ensino básico: o conceito de sucesso educativo. Tudo deverá conduzir ao sucesso, havendo sempre o cuidado de o dizer ou deixar suposto. Como veremos durante a análise dos programas, muitas serão as consequências desta ideia na organização dos programas, na sua filosofia e nas metodologias para que apontam. Uma outra intenção da Reforma que encontra expressão nos programas tem que ver com o seguinte: no espaço de duas décadas, e praticamente sem que a reforma anterior estivesse concluída, uma nova reforma tornou-se necessária. É à vida escolar e em particular ao espaço da aula que se pretende que o cerne da actual reforma chegue. Num momento em que vivemos aceleradamente mudanças, torna-se necessário dar às escolas, aos professores e às turmas possibilidade efectiva de levar à prática algumas mudanças que muitas vezes só farão sentido se houver a possibilidade imediata de as efectuar. Por isso estes programas têm mais a intenção de permitir realizar do que propriamente a de restringir. Anote-se que isto é interessante mas é um constante caminhar sobre o fio da navalha. Na realidade vivida no dia-a-dia de grande parte das escolas muito deste espírito que está nos textos programáticos não vai pura e simplesmente poder ser aplicado.

Há variadas e repetidas indicações quanto à flexibilidade possível na execução dos programas. Esta é uma característica muito importante. Quer a escola, quer a turma com o professor ficam com a possibilidade de decisão na escolha e no modo de leccionação dos conteúdos, se não todos, pelo menos muitos deles. Igualmente, dentro de certos parâmetros - como veremos adiante -, consagra-se a total liberdade metodológica do professor. Não há, portanto, uma maneira única de executar o programa. Há apenas uma excepção que é no referente ao ensino da gramática, a que nos referiremos mais pormenorizadamente adiante.

Relacionado com o princípio anterior, mas para além da flexibilidade na gestão do programa, consagra-se o poder de o conjunto dos alunos e o professor tomar decisões sobre o que aprender e como

aprender. Até certo ponto os alunos constroem a sua aprendizagem, desenhando, dentro de certos limites, o que querem aprender, quando e como. Constam, por isso, dos programas conteúdos que podem ser dados opcionalmente por uma escola ou turma e não por outras.

Em consonância com o princípio da flexibilidade na execução do programa, um outro conceito importante que condiciona toda a orientação dos programas é o respeito pelos projectos das diferentes escolas. Pretende-se conceder à Escola, a cada escola em particular, uma parte importante do poder de decisão, actuação e responsabilidade no que se refere à definição de objectivos prioritários a atingir pelos alunos da escola num determinado domínio, pelas actividades a desenvolver que deverão assumir o carácter de projecto educativo. De algum modo, mais do que responsável perante o Ministério da Educação, o professor é responsabilizado, no seu domínio de actuação, pela sua própria comunidade escolar.

Interligado com este último conceito de projecto educativo da Escola, está o de respeito pelos interesses e os ritmos de trabalho e aprendizagem dos alunos quer enquanto grupo, quer enquanto indivíduos.

Um outro conceito interligado com os dois referidos anteriormente é o de que, no acto de levar os programas à prática, deverão ter-se em linha de conta diferenciações de carácter social, regional e outras.

Todo o processo será regulado pelo ritmo dos alunos e pela avaliação contínua das aprendizagens dos alunos em função dos objectivos fixados, tendo sempre em atenção o projecto da escola.

A aula de Português é concebida como um espaço privilegiado de comunicação. Este aspecto, sem ser novo, é, no entanto, visto numa dimensão substancialmente diferente. Não se trata apenas da comunicação entre professor e alunos mas também entre alunos. E não apenas da recepção de textos escritos de outros autores mas também a circulação no espaço da turma e fora dela de textos dos alunos. Num passado recente, poderia ser-se um excelente aluno de Língua Materna sendo-se "mudo". À luz dos actuais programas, isso não é mais possível. A oralidade assume um papel muito importante na aula de Língua Materna, pelo menos tão importante como a escrita. Pre-

tende-se dar uma função comunicativa (não apenas entre aluno e professor) aos textos produzidos pelos estudantes. Essa função não se esgota no espaço da aula, mas deve ser estendida à comunidade escolar e até fora dela.

Pensa-se, com estes novos programas, desenvolver, nos alunos, atitudes de diálogo, cooperação, confronto de opiniões, o desejo de conhecer, o gosto de falar, ler e escrever.

A argumentação passa a ser trabalhada nas aulas: como se pretende formar cidadãos para viverem numa sociedade democrática onde deverão ser capazes de defender os seus interesses fazendo valer os seus pontos de vista, é necessário que os alunos se habituem a argumentar (quer oralmente, quer por escrito) e a respeitar as opiniões dos outros. Por isso, actividades como debate ou outras do mesmo tipo deverão ter lugar nas aulas de Língua Materna logo que isso seja possível.

Consequentemente, nas aulas de Língua Materna, deverá ser prestada atenção a fenómenos como a entoação, o gesto, a postura corporal, o ritmo da fala, a clareza articulatória.

Em vários programas, inclui-se a interdisciplinaridade expressiva como objectivo e como actividade numa perspectiva clara de não dissociação sempre artificial da Língua do fenómeno da comunicação, justificada em termos de estudo científico, mas injustificada em termos de ensino/aprendizagem.

Consagra-se a afectividade do aluno como motor das aprendizagens. O aluno só deverá começar a aprender a escrever quando o desejar, só deverá realizar determinadas tarefas quando estiver emocionalmente envolvido nelas, etc. Se, por um lado, isto poderá parecer evidente, por outro, sabemos que um número significativo de alunos nunca terá este tipo de envolvimento. Sabemos também o papel que a família, em particular, e a sociedade, em geral, têm no respeitante a questões de atitudes e motivação. Há o perigo de fazer recair sobre os ombros da escola e, particularmente, do professor uma responsabilidade enorme quando sabemos que a possibilidade de intervenção do docente nessa matéria é bem menor do que aquilo que os pais esperam da escola.

Em diversos pontos e de várias maneiras, os programas falam da criatividade quer dos alunos, quer dos professores. Nomeadamente a maneira como a Língua deverá ser encarada inclui também a criatividade e até o aspecto lúdico. Ainda relacionada com esta concepção da Língua e do conceito de comunicação perfilhado, não há a fixação de uma norma rígida de uso da Língua, mas antes a aceitação de que existem várias normas sociais, regionais, situacionais. Esta perspectiva distingue-se de outras relativamente recentes em que se evidencia o respeito quase sagrado pela Língua e nem sequer se admitia a possibilidade de a Língua ser um objecto lúdico. Bem entendido, mas nunca é demais frisá-lo até por comentários que houve quem já fizesse neste seminário, que os novos programas não "convidam ao desrespeito pela Língua Portuguesa".

Uma outra característica muito importante deste conjunto de programas (a maioria dos quais em projecto) é a da personalidade e autonomia dos alunos face aos professores. Os alunos deverão ser capazes de se informarem pessoalmente, buscar fontes de informação, organizar os dados dessa informação, quer de acordo com os seus interesses, quer em função do trabalho que está a ser realizado, etc. Isso implica a criação e o desenvolvimento pelos alunos de processos de trabalho autónomos face aos professores mas também autónomos face aos outros alunos, podendo cada estudante, dentro de alguns limites, efectuar um percurso de aprendizagem mais ou menos autónomo e individual.

Os novos programas consagram, também, o papel muito importante da literatura popular e/ou tradicional e infantil, de autores clássicos universais (estes em tradução). Este aspecto, sem ser novo, merece referência porque a sua importância nos programas amplia-se bastante. É, no entanto, polémica a inclusão de autores estrangeiros. Se, por um lado, é justificado que os alunos conheçam algumas obras literárias que são referência universal, por outro lado esse facto poderá aumentar o desconhecimento das obras de autores portugueses. Digamos que há um como que furto do tempo de estudo de autores nacionais. E, a estudar obras estrangeiras, por que não dar mais importância a obras de outros países do espaço linguístico português?

Quanto ao ensino da gramática volta-se a uma terminologia largamente tradicional mas nunca se justifica, pelo menos nos textos existentes neste momento, a opção por essa terminologia. Os programas assumem que não existe relação de causa e efeito entre o ensino da gramática, isoladamente, e a melhor produção discursiva dos alunos a que houve referência explícita em programas anteriores.

⑦ Em síntese, poderemos dizer que três paradigmas¹ principais do ensino da Língua Materna estão pressupostos na elaboração destes programas: o comunicativo (pela importância dada na aula de Língua Materna à comunicação como fenómeno de interacção social), o afectivo (pelo envolvimento afectivo, considerado motor da aprendizagem, que se pretende que os alunos tenham com a Língua Materna, pelo poder de selecção em função dos gostos pessoais que é conferido aos alunos) e o criativo (pela importância concedida à criatividade com a Língua e no uso da Língua). Poderemos, ainda, acrescentar que, tentando definir muito sumariamente o programa já existente e as propostas, consideraremos que eles apontam para novas atitudes quer do professor, quer dos alunos, quer da escola e mesmo da sociedade e para novas funções da comunicação não só dentro da sala de aula, mas mesmo no interior da escola e até com a sociedade.

¹Cf. FONSECA, E. "Paradigmas, Programas e Ensino da Língua Materna". *Revista Portuguesa de Educação*, 1990, 3 (3), pp. 51-61.

O Novo Programa de Língua Portuguesa do 1º Ciclo do Ensino Básico: Comunicação, Afectividade e Criatividade

Isabel Soares

Escola Superior de Educação, Inst. Polit. de Leiria

Nascido do desejo de mudança sentido pelo actual governo, o novo Programa do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, aplicado experimentalmente durante o passado ano lectivo, surge-nos na sua versão final, depois de sofridas algumas alterações que a sua aplicação ditou.

Não cabe aqui falar-vos globalmente dele. Debruçar-me-ei apenas sobre a área de Língua Portuguesa. Nesta área, reconhece o Programa "a Língua Portuguesa como elemento mediador que permite a nossa identificação, a comunicação com os outros e a descoberta e compreensão do mundo que nos rodeia" (p. 97). Esta característica, que nos aponta a Língua como um meio de sermos e de nos relacionarmos, permite-nos resumir o Programa numa única palavra: COMUNICAÇÃO.

Se é verdade que comunicar pressupõe sempre mais do que um, somos levados a concluir que este é um programa aberto, de grande amplitude e sem sugestões metodológicas (à excepção do funcionamento da Língua, como veremos adiante) porque, finalmente, alguém se lembrou que não existe a Escola, mas sim escolas concretas, mutáveis em si mesmas e em relação umas às outras e que cada uma está inserida num espaço determinado, vivendo um tempo definido e que as crianças são filhas daquelas famílias, alunas daqueles professores. Existindo de comum uma lista de intenções (programa nacional), comunicar significa dizer quem somos, ouvir quem são os outros e descobrir o que significa ser de Leiria, de Braga, etc. É, por estas razões, o programa do diálogo, da cooperação, do confronto de opiniões, numa palavra, da curiosidade.